

Renda fixa é a estrela de 2026? Como equilibrar proteção e oportunidade em cenário de incerteza

Com juros elevados e inflação sob controle moderado, renda fixa ressurge como alternativa atraente, mas exige estratégia diante de um ciclo de juros em transição

O ano de 2026 começou com um dos cenários mais favoráveis para investidores em renda fixa no Brasil nas últimas décadas: apesar das expectativas de cortes, a taxa básica de juros (Selic) se manteve em 15% ao ano nas primeiras reuniões, um patamar elevado historicamente e raro nos ciclos recentes da economia brasileira.



Essa combinação de juros altos, inflação sob controle e projeções ambíguas sobre o ritmo de queda dos juros tem colocado novamente a renda fixa no centro das estratégias de investidores que buscam tanto proteção contra incertezas quanto oportunidades de rendimento acima da média.

Juros ainda altos sustentam ganhos reais

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu manter a Selic em 15% ao ano no início de 2026, efeito de sinais persistentes de pressão inflacionária e incertezas macroeconômicas. Apesar de projeções de mercado apontarem para cortes ao longo do ano, com estimativa mediana de uma Selic por volta de 12,25% a 12,5% ao ano até o final de 2026, o processo tende a ser gradual.

Esse elevado nível de juros básicos tem impacto direto nos retornos de aplicações de renda fixa como:

- Tesouro Selic — atrelado diretamente à taxa de juros básica, oferecendo retorno competitivo com baixa volatilidade.
- CDBs atrelados ao CDI — alguns títulos pagam acima de 100% do CDI, refletindo a atratividade da curva de juros.
- LCIs/LCAs e títulos prefixados — oferecem taxas nominais robustas, com potencial de superar a inflação real se mantidos até o vencimento.

Proteção x oportunidade: um equilíbrio delicado

Em um ambiente onde a inflação tende a recuar, com projeção do IPCA de cerca de 3,97% para 2026, há um espaço considerável entre os rendimentos de renda fixa e o avanço de preços ao consumidor. Isso significa que investidores podem capturar ganhos reais positivos, retorno acima da

inflação, especialmente em títulos indexados ao IPCA ou em CDBs com rentabilidade superior ao CDI.

Porém, o tempo de permanência nesses investimentos importa. Com o início previsto de cortes na Selic já em março de 2026, segundo projeções de mercado, as taxas pagas por novos títulos poderão se ajustar gradualmente para baixo ao longo do ano. Isso coloca o investidor em um dilema clássico:

- Travar taxas altas agora — potencialmente ganhando mais se mantiver o papel até o vencimento;
- Aguardar cortes futuros — risco de menor retorno, mas com possibilidade de liquidez e ajuste estratégico.

Renda fixa supera alternativas tradicionais

O retorno da renda fixa em 2026 contrasta fortemente com produtos tradicionais

de menor rendimento, como a poupança, historicamente popular entre investidores brasileiros, que permanece bem abaixo das opções de renda fixa mais estruturadas em termos de ganho real.

Essa diferença reforça o argumento de que, mesmo diante de expectativas de queda gradual da Selic, aplicar em renda fixa com critérios, como escolher títulos que paguem acima do CDI ou que garantam retorno real, continua sendo uma estratégia sólida para quem não quer abrir mão de segurança e ao mesmo tempo busca rentabilidade adequada ao cenário econômico atual.

Planejamento para a renda fixa

No início de 2026, a renda fixa voltou a ganhar destaque no portfólio de investidores brasileiros, impulsionada por uma Selic historicamente alta e projeções de inflação moderada. Ainda assim, o equilíbrio entre proteção e oportunidade exige análise estratégica de prazos, tipos de títulos e expectativas de juros futuros.

Enquanto os cortes de juros são esperados, o momento atual oferece um ponto de entrada vantajoso para aqueles que sabem como estruturar a exposição a títulos de renda fixa, aproveitando ganhos reais sem abrir mão da segurança em um contexto de incertezas econômicas e políticas.

Coplatex Indústria e Comércio de Tecidos S.A.
CNPJ/MF nº 14.533.049/0001-14 - NIRE 35.300.608.356

SUMÁRIO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos 15/12/2025 às 15h., na sede da companhia, com a presença da totalidade. Ainda presentes, Victor de Jesus Gallo, Diretor Executivo; José Donizete Soares, Diretor Financeiro; Talita Zanelato Braga do Carmo, Diretora Jurídica e a advogada Fernanda de Moraes Gonçalves, conforme lista de presença acostada em livro próprio. **Mesa:** Presidente: João Carlos Callas Secretário: Christian Callas. **Deliberações Unânimemente:** 1 Item (i). Apresentação e deliberação sobre as projeções e capacidades 2026 a 2030 da companhia, considerando as novas unidades de negócios que estão sendo investidas. O Conselho de Administração tomou ciência das projeções apresentadas em reunião e deliberou em aprová-las, por unanimidade, como diretrizes estratégicas orientadoras, reconhecendo que tais projeções se baseiam em premissas razoáveis, estando sujeitas a revisões em função de condições de mercado, execução operacional, aspectos regulatórios, políticos e decisões estratégicas futuras. 2 Item (ii). Apresentação e Deliberação acerca do novo organograma da alta gestão, proposta pela presidência da companhia. Na sequência dos trabalhos, ainda com a palavra o Diretor-Presidente (CEO) da Companhia, Sr. Victor Gallo, esclareceu que, para o alinhamento dos objetivos estratégicos estabelecidos para os próximos exercícios, torna-se imprescindível a evolução da estrutura organizacional da alta gestão. Nesse contexto, foi apresentada a nova proposta de organograma da alta gestão, que passa a contemplar, além das posições já existentes de Diretor-Presidente (CEO), Diretor Financeiro (CFO) e Diretor de Operações (COO), denominações aprovadas neste ato pelo Conselho, bem como das lideranças das áreas de Recursos Humanos (RH) e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&I), Compliance e Qualidade, a criação e formalização das seguintes posições estratégicas: (a) Chief Legal Officer (CLO); e (b) Chief Revenue Officer (CRO). Após discussões, o Conselho de Administração deliberou por aprovar a nova estrutura organizacional com as denominações da nova diretoria, reconhecendo sua aderência às necessidades estratégicas da Companhia. Deliberou-se, ainda, que a matéria será submetida à ratificação da Assembleia Geral, na qual se couber, especialmente quanto a cargos estatutários e eventuais impactos estatutários. 3 Item (iii). Apresentação e Deliberação da proposta de remuneração e bonificação dos executivos da companhia atrelados às metas propostas. Dando continuidade à ordem do dia, o Diretor-Presidente passou a palavra para a consultoria contratada pela Companhia para realizar o estudo e construção de um plano de remuneração adequada aos seus executivos. Foi apresentado o plano de remuneração, o qual ficará depositado na Companhia. Após amplo debate, o Conselho de Administração deliberou aprovar a política de remuneração e bonificação dos executivos, nos termos apresentados, determinando que a Companhia instale o Comitê de Remuneração com Regulamento elaborado pela equipe de Compliance. 4 Item (iv). Apresentação e deliberação sobre as contas da Companhia (Pré-Auditoria), incluindo a receita parcial de 2025 e o Planejamento Orçamentário e Estratégico de 2026 com Orçamento, Projeções de Receita Bruta e principais indicadores Financeiros de 2026 a 2030. Na sequência, a Administração apresentou ao Conselho de Administração, as contas parciais da Companhia em regime de pré-auditoria, bem como o Planejamento Orçamentário e Estratégico para o exercício de 2026, compreendendo o Orçamento consolidado, as projeções de Receita Operacional Bruta, Demonstrativo de Resultados do Exercício e os principais indicadores econômico-financeiros, os quais ficam depositados na Companhia em razão da sensibilidade estratégica dos referidos dados. Após debates, o Conselho de Administração deliberou aprovar, por unanimidade, as contas parciais da Companhia em regime de pré-auditoria, bem como o Planejamento Orçamentário e Estratégico para o exercício de 2026, ficando expressamente consignado que os números ora aprovados permanecerem sujeitos a auditoria independente e a eventuais ajustes técnicos, sem prejuízo da validade das diretrizes estratégicas adotadas. Delibera, ainda, o Conselho de Administração que a matéria será, então, submetida à Assembleia Geral, para ratificar as deliberações do Conselho de Administração. 5 Item (v). Apresentação e deliberação sobre as projeções de Vendas e Market Share por Unidade de Negócio. O Conselho de Administração tomou ciência das projeções apresentadas pela Diretoria e deliberou aprová-las, por unanimidade, como base para o planejamento comercial e estratégico da Companhia, consignando que as projeções poderão ser revistas e ajustadas ao longo do exercício, em função da execução operacional, das condições de mercado, de fatores regulatórios e de decisões estratégicas da Administração. 6 Item (vi). Apresentação e deliberação sobre os investimentos a serem realizados em 2026/2027. O Diretor Presidente apresentou o Plano de Investimentos 2026/2027, que ficam depositados na Companhia, o qual foi, após debates, aprovado pelo Conselho de Administração por unanimidade, devendo o mesmo ser, igualmente, submetido e autorizado pela Assembleia Geral. Nada mais. São Paulo, 15 de dezembro de 2025. A íntegra da Ata encontra-se disponível no site: https://portal.empresasenegocios.com.br/publicidade_legal/ Juceesp nº 79.078/26-6 em 10/02/2026. Marina Centunon Dardani - Secretária Geral.

Coplatex Indústria e Comércio de Tecidos S.A.
CNPJ/MF nº 14.533.049/0001-14 - NIRE 35.300.608.356

SUMÁRIO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos 16/12/2025 às 16h., na sede social, com a presença da totalidade. Ainda presentes, os Diretores, Victor de Jesus Gallo, José Donizete Soares, Talita Zanelato Braga do Carmo, a advogada Fernanda de Moraes Gonçalves, conforme lista de presença acostada em livro próprio. **Mesa:** Presidente: João Carlos Callas Secretário: Christian Callas. **Deliberações Unânimemente:** 1 Item (i). Apresentação e deliberação sobre as contas da Companhia (Pré-Auditoria), incluindo a receita parcial de 2025 e o Planejamento Orçamentário e Estratégico de 2026 com Orçamento, Projeções de Receita Bruta e principais indicadores Financeiros de 2026 a 2030. A acionista controladora tomou ciência das projeções apresentadas e deliberou em aprová-las, por unanimidade, como diretrizes estratégicas orientadoras, reconhecendo que tais projeções se baseiam em premissas razoáveis, estando sujeitas a revisões em função de condições de mercado, execução operacional, aspectos regulatórios, políticos e decisões estratégicas futuras. Fica expressamente consignado que os números ora aprovados permanecerem sujeitos a auditoria independente e a eventuais ajustes técnicos, sem prejuízo da validade das diretrizes estratégicas adotadas. 2 Item (ii). Apresentação e deliberação sobre os investimentos a serem realizados em 2026/2027. O Diretor Presidente apresentou o Plano de Investimentos 2026/2027, que ficam depositados na Companhia, o qual foi, após debates, aprovado pela acionista controladora por unanimidade. 3 Item (iii). (AGOE) Deliberação e aprovação de emissão de novas ações preferenciais de Classe Y e outorga para os Diretores. No tocante à reestruturação da remuneração da diretoria executiva para o Ano Calendário 2026, fica deliberado, por unanimidade, a emissão de novas ações preferenciais Classe Y da seguinte forma: (i) 15 novas ações para Victor de Jesus Gallo, RG nº 46.362.937-3359/SP, CPF/MF nº 34.639.288-47; (ii) 03 novas ações para José Donizete Soares, RG nº 18.349.451-9 SSP-SP e CPF/MF nº 095.118.748-1; (iii) 39 novas ações para Talita Zanelato Braga do Carmo, RG nº 27.830.401-1 SSP-SP e CPF/MF nº 220.366.928-42, totalizando 57 novas ações emitidas, no valor nominal de R\$ 0,01 cada uma. Ademais, fica aprovado, por unanimidade, o pagamento antecipado dos dividendos das ações Classe Y ao longo do Ano Calendário de 2026 e seguintes, conforme já anteriormente deliberado e nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades Anônimas. Diante da deliberação acima, fica o Capital Social aumentado para R\$ 59.409.587,20, com 5.940.958.720 de ações, sendo 5.940.958.579,00 ações ordinárias; e 141 ações preferenciais Classe Y, cuja atualização do artigo 5º do Estatuto Social encontra-se consolidada no item abaixo, ficando os respectivos Boletins de Subscrição anexo à presente na forma de seus Anexos I a III, tudo devidamente consolidado em Estatuto Social conforme o Anexo IV. 4 Item (iv). Deliberação e aprovação da conversão de ações ordinárias em ações preferenciais de Classe A. Ainda, fica deliberado, por unanimidade, pela acionista controladora a conversão de 594.095.857,90 de ações ordinárias de sua titularidade, correspondente à 10% da sua participação societária, para ações preferenciais de Classe A, nominativas, que são criadas neste ato de deliberação, sem valor nominal. Para as ações preferenciais Classe A, ficam aprovadas, por unanimidade, as regras gerais do artigo 17 da Lei das Sociedades Anônimas. Diante de referida deliberação, acrescenta-se ao Estatuto Social, o Parágrafo Terceiro do artigo 5º, que passa a vigorar com a seguinte redação: "1. Parágrafo Terceiro. As ações preferenciais Classe A terão as seguintes características: (i) ausência do direito a voto; (ii) prioridade no recebimento de dividendos sobre as ações ordinárias e da Classe Y e serem pagos, anualmente, salvo se diversamente deliberado pelos acionistas em reunião própria para tanto e observadas as regras legais; (iii) prioridade de reembolso de capital, cujo prêmio, se houver no futuro, será acrescido sobre o valor do capital reembolsado quando de seu pagamento ao acionista preferencial; e (iv) não serão conversíveis em qualquer outra espécie de ação ou classe de emissão da Companhia. [...] 5 Item (v). Deliberação e aprovação da cessão das ações preferenciais Classe A em razão do exercício do direito de voto vinculado ao Contrato de Prestação de Serviços de Administração, Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, celebrado com o Diretor-Presidente Victor de Jesus Gallo, acima qualificado, em 24/02/2023. É Item (vi) Deliberação e aprovação de aumento do Capital Social da Companhia. Em razão de (a) os termos e condições estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços de Administração, Opção de Compra de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), celebrado com o Diretor-Presidente Victor de Jesus Gallo, acima qualificado, em 24/02/2023, o qual está depositado na Companhia, e (b) o atingimento das metas nele estabelecidas, foi outorgado ao acionista Victor de Jesus Gallo o direito de exercício de opção de compra de 10% de ações preferenciais. Diante do acima disposto, o acionista Victor de Jesus Gallo declara e assume, neste ato, seu direito de compra das ações preferenciais, nos termos do estabelecido no Contrato, o que é aceito pela acionista controladora. Em decorrência do referido exercício, resolve a acionista controladora, neste ato, cedas as ações preferenciais acima emitidas no item (iv), acima, representativas de 10% de sua participação societária na Companhia, a título oneroso, a Victor de Jesus Gallo, acima qualificado, nos termos do Contrato, reconhecendo, desde já, o pagamento por ele realizado das ações preferenciais acima mencionadas de acordo com os deveres e obrigações a ele direcionados em referido Contrato. Em função do todo declarado, Victor de Jesus Gallo e a Companhia outorgam-se, mutuamente, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irrevogável quitação sobre os itens 4.2 e 4.7 do Contrato para mais nada reclamar a qualquer título. Diante de todas as deliberações acima, fica deliberado que a Companhia passa a deter o capital social de "Artigo 5º". O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 59.409.587,20, representado por 5.940.958.720 de ações totais, sendo: (i) 5.346.862.721,10 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) 141 ações preferenciais resgatáveis Classe Y, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional; (iii) 141 ações preferenciais resgatáveis Classe A, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, a partir da conversão das ações ordinárias constantes do item (i) acima." Com as deliberações acima, o quadro acionário da Companhia fica estabelecido da seguinte forma:

Acionistas	Capital Social	ON*	PNY**	PNA***	Percentual
Coplatex Holding Ltda.	R\$ 53.468.627,21	5.346.862.721,10			89,999997%
Victor de Jesus Gallo	R\$ 5.940.958,58			594.095.857,90	9,999998%
Victor de Jesus Gallo	R\$ 0,72		72		0,0000012%
José Donizete Soares	R\$ 0,30		30		0,0000005%
Talita Zanelato Braga do Carmo	R\$ 0,39		39		0,0000007%
Total	R\$ 59.409.587,20	5.940.958.720	141		100,000000%

Legenda: * Ação Ordinária Nominativa - ** Ação Preferencial Nominativa Classe Y - *** Ação Preferencial Nominativa Classe A. Fica, por fim, deliberado que os acionistas reunir-se-ão ao contínuo para celebrar Acordo de Acionistas, de modo a refletir as demais disposições aplicáveis à relação societária ora estabelecida. 6 Item (vii). Deliberação e aprovação da reforma do Estatuto Social, bem como a sua consolidação em Ata. Em decorrência das alterações estatutárias acima aprovadas, fica aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia para contemplar as alterações previstas na ordem do dia, o qual segue acostado à presente ata na forma do Anexo IV. Após exame e discussão, os acionistas deliberaram por autorizar, por unanimidade dos votos, a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações mencionadas nos itens da ordem do dia. Nada mais. São Paulo, 16 de dezembro de 2025. JOÃO CARLOS CALLAS - Presidente de Mesa; CHRISTIAN CALLAS - Secretário de Mesa. Visto da Advogada: Visto da Advogada: Fernanda de Moraes Gonçalves - OAB-SP nº 391.563. A íntegra da Ata encontra-se disponível no site: https://portal.empresasenegocios.com.br/publicidade_legal/ Juceesp nº 79.078/26-0 em 10/02/2026. Marina Centunon Dardani - Secretária Geral.

CODRASA CONSTRUTORA S/A.
CNPJ nº 07.353.851/0001-67 - NIRE 35.300.321.456

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, hora e local: 27/12/2025, às 11h, na sede social da cia., na Rua Cardeal Arcoverde, nº 1.749, São Paulo - SP, CEP 05404-002. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social, valendo a presente Ata como lista de presenças. **Mesa:** Rubens Kaufman, como Presidente da Assembleia, e Edwin Rodriguez Flores, como Secretário da Assembleia. **Convocação:** Ante a presença dos acionistas que representam a integralidade do capital social da Cia., ficam dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia:** (I) Aumento do capital social da cia., de R\$ 6.060.000, para R\$ 13.060.000,00 totalizando um aumento de R\$ 7.000.000,00, através do aproveitamento da conta "reserva de lucros"; e (II) Consolidação da nova redação do artigo 5º do Estatuto Social, em razão do aumento do capital social. **Deliberações:** (I) Aumento do capital social da cia., de R\$ 6.060.000,00 para R\$ 13.060.000,00, totalizando um aumento de R\$ 7.000.000,00, através do aproveitamento da conta "reserva de lucros". Os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social da cia., que passa de R\$ 6.060.000,00 para R\$ 13.060.000,00, totalizando um aumento de R\$ 7.000.000,00, na proporção devida por cada acionista, através do aproveitamento da conta de reserva de lucros da cia. (II) Consolidação da nova redação do artigo 5º do Estatuto Social, em razão do aumento do capital social. Tendo em vista o aumento de capital anexo no item (i) supra, a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Cia. passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O Capital da sociedade e de R\$ 13.060.000,00, dividido em 13.060.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais poderão ser representadas por títulos múltiplos ou singulares, assinados por dois diretores. **Encerramento:** Aprovadas por unanimidade as matérias constantes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos, sendo lavrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada por todos os presentes. **Rubens Kaufman** - Presidente da Assembleia e acionista, **Edwin Rodriguez Flores** - Secretário da Assembleia e acionista, **Marcelo Oliveira Anezini** - Acionista. JUCESP nº 15.299/26-0 em 29.01.2026. Marina Centunon Dardani - Secretária Geral.

Martins & Gagliotti
Procedimentos Cirúrgicos S.A.
CNPJ/MF nº 26.173.513/0001-98 - NIRE 35300509412

Convocação

Convidamos os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 28 de fevereiro de 2026, de forma simultaneamente presencial e virtual. A assembleia presencial ocorrerá na sede da Sociedade, **Martins & Gagliotti Procedimentos Cirúrgicos S.A.**, sociedade anônima fechada, sociedade anônima, com sede nesta Capital do Estado de São Paulo, na Rua Pais Leme, 136, cj. 208, Pinheiros, CEP 05424-010, às 10h00 em 1ª convocação, e às 10h30 em 2ª convocação. O acesso virtual à Assembleia será realizado por meio do seguinte link para videochamada: 1ª Convocação - 10h00 - <https://meet.google.com/mkw-ujrj-dup>. 2ª Convocação - 10h30 - <https://meet.google.com/inr-bcrt-jgb>. **Ordem do Dia:** (i) Deliberar sobre a realização de cisão parcial da Companhia, nos termos do artigo 229 da Lei nº 6.404/1976, permanecendo a parte cindida em plena atividade; (ii) Aprovar o Protocolo e Justificação da Cisão Parcial; (iii) Aprovar o laudo de avaliação do acervo líquido a ser vertido para a sociedade a ser constituída; (iv) Aprovação da alteração do estatuto Social da Companhia a ser cindida, para refletir os efeitos da cisão parcial objeto desta convocação; (v) Deliberar sobre a constituição de nova sociedade empresária, que receberá o patrimônio vertido (cindido) e com objeto social específico das atividades médico-hospitalares atualmente exercidas pela Companhia; (vi) aprovar que a parte cindida seja constituída com o mesmo tipo jurídico, sociedade anônima (S.A.), e a aprovação de seu respectivo estatuto social; (vii) Em decorrência da matéria submetida à deliberação, o órgão de Diretoria sofrerá alteração em sua composição, cuja nova formação será definida pelos acionistas na presente Assembleia. (viii) Autorizar a administração a praticar todos os atos necessários à implementação da cisão parcial e constituição da nova sociedade. **Martins & Gagliotti Procedimentos Cirúrgicos S.A. Giuliano C. Gagliotti.** (20, 21 e 24)

Proteção de dados se consolida como alavanca de crescimento para a inclusão financeira no Brasil

A Galileo Financial Technologies, plataforma líder em tecnologia financeira, destaca como a proteção de dados e a cibersegurança se tornaram alavancas estratégicas de crescimento para bancos e fintechs que operam no Brasil. Em um mercado marcado pela rápida digitalização e por exigências regulatórias em constante evolução, uma infraestrutura moderna e segura é essencial para construir confiança, melhorar a experiência do usuário e ampliar a inclusão financeira.

À medida que o banco digital se consolida como o principal ponto de entrada para serviços financeiros de milhões de brasileiros, as expectativas em relação à privacidade, ao consentimento e ao uso responsável dos dados continuam a crescer. De acordo com o Índice de Inclusão Financeira desenvolvido pela Galileo, as preocupações com vulnerabilidades de segurança são uma barreira relevante para a expansão do acesso a serviços financeiros no país. 70,7% dos entrevistados concordam que questões relacionadas à segurança desaceleram os esforços para tornar os serviços financeiros mais acessíveis e inclusivos.

"A proteção de dados deixou de ser apenas uma exigência regulatória; ela se tornou um fator-chave para o crescimento e a inclusão financeira no Brasil", afirma Abdul Assal, diretor de Desenvolvimento de Negócios da Galileo Financial Technologies no

Brasil. "Quando as pessoas confiam que seus dados pessoais e financeiros estão protegidos, elas se sentem muito mais confortáveis para adotar serviços financeiros digitais."

Cibersegurança como base da confiança

O Brasil registrou um crescimento expressivo nas transações digitais nos últimos anos, impulsionado por inovações como os pagamentos instantâneos e a expansão dos bancos digitais. Ao mesmo tempo, estudos de instituições como Febraban e Serasa Experian mostram de forma consistente que o medo de fraudes e do uso indevido de dados continua sendo um dos principais motivos que levam os consumidores a hesitar na adoção plena dos serviços financeiros digitais.

"A cibersegurança está diretamente ligada à construção e à manutenção da confiança", explica Abdul. "Se os usuários temem que seus dados sejam expostos ou utilizados de forma indevida, a adoção cai. Uma infraestrutura segura e resiliente permite que as instituições financeiras conquistem essa confiança em escala."

Proteção de dados e inclusão financeira caminham juntas

No Brasil, a inclusão financeira avançou significativamente na última década, mas milhões de pessoas ainda enfrentam dificuldades para acessar e utilizar serviços financeiros de forma contínua. Especialistas e reguladores,

incluindo o Banco Central do Brasil, têm reforçado que a inclusão deve vir acompanhada de fortes mecanismos de proteção aos dados dos consumidores, especialmente em um contexto regulado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para a Galileo, a proteção de dados exerce um papel direto na inclusão ao reduzir atritos, aumentar a transparência e melhorar a experiência do usuário.

"A inclusão financeira só é possível quando as pessoas se sentem seguras", acrescenta Abdul. "Proteger os dados dos usuários é uma forma de empoderar os consumidores, especialmente aqueles que estão tendo o primeiro contato com serviços financeiros digitais."

Transformando conformidade em uma melhor experiência do usuário

À medida que as exigências regulatórias relacionadas à privacidade e ao consentimento evoluem, bancos e fintechs enfrentam o desafio de se adaptar sem comprometer a inovação. "Quando a conformidade e a segurança estão integradas ao núcleo da plataforma, elas deixam de ser obstáculos e passam a fazer parte de uma experiência melhor para o usuário", conclui Abdul. "A proteção de dados, quando tratada de forma estratégica, se torna uma verdadeira alavanca de crescimento para o ecossistema financeiro brasileiro."



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1EC4-4AF5-9C91-A2E2> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1EC4-4AF5-9C91-A2E2



Hash do Documento

620AD170599CFFD1E1CBDA04CD857EA183E72645DF0184B49C5057A2783B8BC9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/02/2026 é(são) :

- Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 19/02/2026 18:30 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

Evidências

Geolocation: Location not shared by user.

IP: 172.16.4.4

AC: AC Certisign RFB G5

